

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

FACULDADE DE ECONOMIA

A COP15 E A PROMOÇÃO DE FINANCIAMENTO

ANA CAROLINA GONÇALVES FRIEDMANN

Monografia de Conclusão do Curso apresentada à Faculdade de Economia para a obtenção do título de graduação em *Relações Internacionais*, sob a orientação do Prof. Emb. Rubens Ricupero.

São Paulo, 2010

FRIEDMANN, Ana Carolina G. A COP15 E A PROMOÇÃO DE FINANCIAMENTO, São Paulo, FAAP, 2010, 48p.
(Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)
Palavras-Chave: Meio ambiente, mudanças climáticas, financiamento, Banco multilateral de desenvolvimento

SUMÁRIO

Lista de Quadros

Resumo

INTRODUÇÃO.....	1
1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	3
1.1. Conferência de Estocolmo	3
1.2. Rio 92.....	4
1.3. Protocolo de Quioto	8
1.4. A Cúpula de Joanesburgo	11
1.5. Relatório Stern	13
1.6. Quarto Relatório do IPCC.....	15
1.7. A Reunião de Bali.....	16
2. A COP15 E A PROMOÇÃO DE FINANCIAMENTO	19
2.1. COP15.....	19
2.1.1. O Acordo.....	22
2.2. A promoção do financiamento e o “Plano de Ação de Bali”	23
2.3. A Promoção do Financiamento no Acordo de Copenhague	28
2.4. O volume necessário de financiamento	30
2.5. Compromissos governamentais em vigor para o financiamento	32
2.5.1 Comprometimentos a curto prazo do Acordo de Copenhague	33
2.5.2 Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).....	33
2.5.3 Fundo de Adaptação do Protocolo de Quioto	34
2.5.4 O Brasil, o BNDES e o Fundo Amazônico	34
2.5.5 Bancos Multilaterais e Regionais: Fundos de Investimento Climáticos (Climate Investment Fund – CIF).....	35
2.5.6 Banco Mundial: Forest Carbon Partnership Facility (FCPF)	35
2.6. Diplomacia das Negociações: Finanças Climáticas	36
2.6.1 Proposta conjunta do Reino Unido, México e Austrália	36

2.6.2 Proposta Norte America	37
2.6.3 Proposta Mexicana de um Funde Verde	37
2.6.4 G-77 e China: Proposta de "Melhoria do Mecanismo Financeiro	38
2.6.5 União Européia: Proposta "Intensificando o Financiamento do Clima"	38
3. OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO E O FINANCIAMENTO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS.....	40
3.1. A mudança do papel dos Bancos Multilaterais de Investimento	41
3.2. O Papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no Investimento na Promoção de Energias Renováveis.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Papéis e Funções dos Mecanismos de Financiamento Climático

27

RESUMO

Este trabalho visa compreender as negociações em torno do financiamento ambiental e os motivos que levaram a reunião de Copenhague a não atingir os resultados esperados. Assim, considera-se os diferentes tipos de financiamento para a promoção de políticas de mitigação e adaptação.

Esse também versa sobre o financiamento realizado pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em energia.

Palavras-Chave: Meio ambiente, mudanças climáticas, financiamento, Banco multilateral de desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A proposta desenvolvida nesta monografia consiste em uma reflexão acerca da promoção do financiamento conforme foi apresentado na ocasião da COP15, os entraves impostos ao processo negociador e os desdobramentos deste na evolução dos debates paralelos. O desenvolvimento retórico desta pesquisa objetivará identificar a importância do financiamento, em particular para os países em desenvolvimento, no processo de mitigação e adaptação.

Esta análise é motivada pela crença no financiamento como elemento crucial nos processos de negociação referentes a temática do clima, tanto no âmbito energético quanto no manejo florestal, ou ainda nas políticas de adaptação e mitigação.

O capítulo inicial preocupa-se em identificar alguns episódios históricos decisivos para a configuração do atual debate internacional sobre sustentabilidade. Assim, resgata a importância da Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, para a priorização da sustentabilidade na pauta da agenda internacional. Ademais, trata do processo de conceitualização do termo desenvolvimento sustentável advindo do Relatório Brundtland, de 1987, e o amadurecimento da temática na Rio 92.

Em um segundo momento, o raciocínio desenvolvido ao longo deste primeiro capítulo conduzirá ao tratamento do tema Protocolo de Quioto, bem como da divisão dos países entre os pertencentes ao Anexo 1, desenvolvidos e industrializados, que possuem metas de redução das emissões de gases do efeito estufa, e dos países não-pertencentes ao Anexo 1, que ainda encontram-se em processo de desenvolvimento e, portanto, não possuem metas obrigatórias de redução.

Relevante ainda refletir sobre as comprovações postuladas no Relatório Stern acerca dos custos de mitigação, consideravelmente menores que os custos de adaptação. As orientações subsequentes da conclusão serviram para orientar, juntamente às ponderações do 4º Relatório do IPCC, as negociações iniciadas em Bali e desenvolvida na COP15.

A reunião da COP15 é avaliada por Sérgio Abranches como um evento de caráter único sob todos os aspectos. Contou com a participação de um número particularmente significativo de ativistas e espectadores, admitiu uma percepção inovadora quanto a participação das ONGs e contou com a presença de um grande número de chefes de estado, que preocuparam-se em participar das negociações de forma ativa.

Em suma, contabilizando o aumento relevante do número de participantes na reunião, conclui-se verdadeira a percepção de que o evento caracterizou-se por uma desorganização constante e um sentimento caótico.

1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O presente capítulo tem a intenção de apresentar uma breve retrospectiva histórica do movimento ambiental focando nas reuniões e documentos que tenham maior ligação com a COP15 e a questão do financiamento. Dessa forma, serão apresentadas a Conferencia de Estocolmo, a Rio 92, o Protocolo de Quioto, a Cúpula de Joanesburgo, o Relatório Stern, o Quarto Relatório do IPCC e a Reunião de Bali.

1.1. Conferência de Estocolmo

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, foi convocada pela Assembléia das Nações Unidas. Foi o momento em que o movimento ambiental deixava de ser um tópico apenas discutido nas sociedades desenvolvidas, tornando-se parte da agenda internacional.

As divisões no seio da comunidade científica, as imprecisões estatísticas, os diferentes objetivos políticos e os grandes interesses econômicos haviam permitido que o tema ambiental sofresse fortes manipulações já no final dos anos sessenta (LAGO, 2006, p. 32).

Essa situação levou o processo negociador a ser percebido de forma pessimista: em que os países em desenvolvimento viam, segundo Wade (1973, p.47), o movimento ambientalista como uma forma dos países ricos impedirem o desenvolvimento dos demais.

A preocupação dos países em desenvolvimento levou Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência, a temer pelo comprometimento desta e a declarar que “o meio ambiente não seria para eles uma armadilha” (STRONG, Where on Earth are We Going?, 2000, p.

125). Assim, a Conferência passou a dar importância às preocupações apresentadas pelos países em desenvolvimento, fazendo com que as políticas ambientalistas fossem consideradas no contexto do desenvolvimento econômico e social. No entanto, o texto final da Resolução refletia a direção adotada durante a reunião, que decepcionou e reduziu a importância do encontro para os países desenvolvidos; o texto, continha diversas recomendações para os países em desenvolvimento e tocava pouco a agenda essencialmente ambientalista.

Como resultado positivo da Conferência de Estocolmo pode-se colocar: a entrada definitiva da questão ambiental na agenda internacional multilateral; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; o incentivo à criação de órgãos específicos internos dos países para tratar do tema; e o fortalecimento das organizações não-governamentais e da participação civil.

1.2. Rio 92

Com o intuito de ampliar o conhecimento global em torno do tema ambiental e os problemas relacionados ao desenvolvimento foi apresentado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o Relatório Brundtland. O documento, que possui base científica, promoveu o enriquecimento do debate acerca do tema e teve ampla divulgação. Um de seus principais sucessos foi a criação do conceito de desenvolvimento sustentável¹ (LAGO, 2006, p.18). Desenvolvimento sustentável para Almino é o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (ALMINO *apud* LAGO, 2006, p. 56) e foi um tema amplamente discutido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A Conferência, também conhecida como Rio 92, foi convocada dois anos após a divulgação do Relatório Brundtland e contou com a participação de 172 delegações e 108

¹“*Brundtland Report*” [on line]. Disponível em: <http://www.re-set.it/documenti/1000/1800/1850/1856/brundtland_reportpdf.pdf>. Acesso em: 20/05/2010.

Chefes de Estado ou de Governo². Assim, a Rio 92 foi vista por Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência, como um “um momento histórico para a humanidade³(STRONG, Discurso na Cerimônia de encerramento da Conferência do Rio, 1992) já que mostrou a importância adquirida pela questão do meio ambiente na agenda internacional (LAGO, 2006, p.53).

Com o intuito de assegurar o futuro do planeta, a conferência tinha, segundo as Nações Unidas, entre seus principais objetivos construir uma base de interesses e necessidades comuns entre os países industrializados e em desenvolvimento⁴. No entanto, como coloca Novaes, fica claro já nas discussões preliminares que as divergências existentes eram em parte insuperáveis. Esse quadro é claro ao se observar o posicionamento dos países exportadores de petróleo que, mesmo estando praticamente isolados, tentam vetar o texto proposto na convenção (NOVAES, 1992, pp. 1-4).

Para Lago, foram estabelecidos na conferência, preliminarmente, quatro grupos de objetivos que deveriam ser alcançados. São eles:

- 1) Temas que tratam da identificação de estratégias regionais e globais capazes de estabelecer um equilíbrio no meio ambiente evitando a degradação ambiental e possibilitando o desenvolvimento econômico e social.
- 2) Necessidade de recursos financeiros, englobando os temas que relacionam degradação ambiental e o quadro econômico mundial.
- 3) Engloba questões como educação ambiental, cooperação técnica, formação de recursos humanos e intercâmbio de informações.
- 4) Responsável por abordar temas relativos a execução das decisões da conferência (LAGO, 2006, pp.65-66)
- 5) A complexidade dos temas debatidos e a existência de posições bastante diferentes, unidas ao relativo pouco tempo reservado ao debate preliminar, possibilitaram o aparecimento de resultados palpáveis apenas na terceira sessão que antecede a Conferência. Esse fator, unido à forte participação das ONG's e da mídia no processo, conforme incentivado pelo relatório Brundtland, dificultou o consenso nos documentos que seriam tratados no Rio (LAGO, 2006, pp.66).

² “United Nations Conference on Environment and Development – 1992” [on line]. Disponível em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>>. Acesso em: 18/05/2010.

³ “Historic moment for humanity”

⁴ “United Nations Conference on Environment and Development – 1992” [on line]. Disponível em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>>. Acesso em: 18/05/2010.

Foram aprovados quatro importantes documentos com escopos diferentes durante a conferência. São eles: a Agenda 21, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica e a Declaração de princípios sobre Florestas (NOVAES, 1992). A necessidade de conhecimentos técnicos durante as negociações dos documentos levaram os diplomatas a consultar cientistas e organizações não governamentais, mudando o formato das negociações e representando uma mudança no formato de diplomacia existente até o momento (EASTERBROOK, 1995, p. 469).

A Agenda 21 é colocada por Lago como

Um programa de ação que atribui novas dimensões à cooperação internacional e estimula os governos, a sociedade civil e os setores produtivo, acadêmico e científico a planejar e executar juntos programas destinados a mudar as concepções tradicionais de desenvolvimento econômico e de proteção do meio ambiente (LAGO, 2006, p. 76)

O extenso documento aprovado durante a conferência está organizado em quatro seções. Seção 1: Dimensões Sociais e Econômicas; Seção 2: Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento; Seção 3: Fortalecimento do papel dos Grupos Principais; Seção 4: Meios de Implementação.⁵ Dessa forma, era de interesse do Secretário Geral da Conferência que esse documento se tornasse a base para a atuação dos governos nacionais, também auferindo um papel primordial para a participação de ONG's e da sociedade (LAGO, 2006, p. 76).

O que levou a Agenda 21 a adquirir grande importância foi o fato de ela permear outros planos de ação como os mecanismos financeiros, transferência de tecnologia e a reforma e fortalecimento de instituições objetivando o desenvolvimento sustentável. No entanto, houveram grandes alterações dos princípios originais destes elementos, contrariando as idéias de Strong que queria o fortalecimento do PNUMA (LAGO, 2006, p. 77).

Foi estimado pelo Secretariado da Conferência a necessidade de 125 bilhões de dólares anuais ao longo de sete anos para se implementar os princípios apresentados pela Agenda 21. Sendo os países desenvolvidos os responsáveis pela maior parte dos recursos que estariam disponíveis, esses buscaram uma alternativa ao uso de uma entidade independente,

⁵ “Ministério do Meio Ambiente” [on line]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>>. Acessado em: 20/05/2010

idéia mais debatida, para administrar os recursos para os quais os países em desenvolvimento tanto lutavam (LAGO, 2006, p. 78).

Pouco antes da Conferência foi criado o *Global Environmental Facility* (GEF)⁶, fora do contexto das negociações e sem a participação e o ativo engajamento dos países em desenvolvimento. Segundo o economista do Environmental Defense Fund, Korinna Horta, o GEF foi criado para retratar os problemas ambientais da forma como os EUA e os países do G-7 os percebiam, tornando possível modificar a idéia de um fundo Norte-Sul, previsto na Agenda 21, e demonstrar internamente sua liderança na questão (LAGO, 2006, pp. 78-79).

O GEF não permeava as expectativas dos países em desenvolvimento não poder ou pretender executar os projetos da Agenda 21; além disso estava sob a égide do Banco Mundial, e assim, diferentemente dos Órgãos da Assembléia Geral das Nações Unidas, fazia o uso do voto ponderado nas decisões da mesma forma como demais instituições de Bretton Woods. Dessa forma, era colocado que o GEF só apoiaria projetos com benefícios globais, ou seja, os que também beneficiassem os países desenvolvidos (LAGO, 2006, pp. 78-79).

Conforme mencionado por Rubens Ricupero as discussões em torno dos Recursos e Mecanismos Financeiros criaram alguns dos momentos mais dramáticos da Conferência, tendo sido possível entretanto evitar uma ruptura e tornando possível a formulação de uma estrutura aceitável a todas as partes. Montou-se um verdadeiro sistema financeiro, no lugar do esperado “fundo verde”, diverso e com o objetivo de custear os programas ambientais; era ligado à Agenda 21 e composto por instituições de cooperação técnica e fundos privados (RICUPERO, *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção do Brasil*, 1995, pp. 130-146).

Com origem na Carta da Terra, a Declaração do Rio foi um documento com idéias apresentadas por Maurice Strong na Primeira Sessão Preparatória. Ao final da IV Sessão Preparatória o documento continha 27 princípios e, embora possuísse linguagem simples, fosse de pequena extensão e conciso, continha as principais questões responsáveis por dividir os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nela conseguiu-se um balanço entre as demandas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento (LAGO, 2006, p. 82).

⁶ GEF é uma organização financeira independente que financia projetos relacionados à biodiversidade, mudanças climáticas, degradação da terra, camada de ozônio, etc. em países em desenvolvimento ou com a economia em transição. (“Global Environment Facility” [on line]. Disponível em: < <http://www.thegef.org/gef/whatisgef> >. Acesso em: 20/05/20010

Assim, pode-se dizer que um dos grandes motivos para a conferência ser vista como um sucesso está no fato de o conceito de desenvolvimento sustentável não ser mais visto como incompatível com a globalização. O texto final da Agenda 21, que trata sobre energia, foi aprovado sob grandes protestos dos países produtores de petróleo e consumidores de carvão, tendo sido esse um dos pontos mais criticados da reunião(LAGO, 2006, pp. 85-86).

1.3. Protocolo de Quioto

Conforme estabelecido na Rio 92, a convenção entrou em vigor no dia 21 de Março de 1994, um ano antes da primeira COP ocorrer em Berlim. A grande importância da reunião ocorrida em Berlim está no Mandato de Berlim, que estabelece os mecanismos e o calendário que culminariam na criação de um comitê de discussão para negociar um protocolo, ou outro instrumento legalmente vinculante, até 1997, que contivesse novos comprometimentos para as nações industrializadas para período pós-2000 (BODANSKY, 2001, pp. 34-35).

As negociações conduzidas pelo comitê culminaram na adoção do Protocolo de Quioto em dezembro de 1997. No documento foi adotado o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” dividindo os signatários em dois grupos. Fazem parte do Anexo 1 os países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os países industrializados ex-comunistas; por outro lado, os países em desenvolvimento foram incluídos como Partes não-Anexo 1. De acordo com a Convenção os Países do Anexo 1 possuem compromissos obrigatórios de redução de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) enquanto o segundo grupo, os países não pertencentes ao Anexo 1, ficaram obrigados a elaborar inventários de suas emissões sem o compromisso de reduzir as emissões (MOREIRA & GIACOMETTI, 2008, pp. 13-14).

As negociações acerca do Protocolo de Quioto tiveram início em 1995 na cidade de Berlim durante a COP1. Nessa reunião, os Estados Unidos assumiram papel de liderança na tentativa de estabelecer metas de redução de GEEs para os países desenvolvidos, e metas de redução da taxa de crescimento futuro aos países não pertencentes ao Anexo 1. No entanto, a

forte articulação dos países emergentes contrários ao estabelecimento desse segundo grupo de metas, liderados pelo Brasil, conseguiu desarticular a iniciativa norte americana (MOREIRA & GIACOMETTI, 2008, p. 15).

Os EUA insistiram na necessidade de estabelecer metas também para os países não pertencentes ao Anexo 1 e levantaram a idéia da utilização de cotas comercializáveis, que funcionariam como um mecanismo para flexibilizar a redução das emissões dos países pertencentes ao Anexo 1. A iniciativa norte americana não conseguiu apoio dos demais países levando o Protocolo de Quioto a ser aprovado na COP3 em meio a discussões extremamente difíceis e complexas com diversos pontos importantes em aberto para serem discutidos em reuniões posteriores (MOREIRA & GIACOMETTI, 2008, p. 16; MOREIRA P., 2010).

Com maioria republicana o Senado norte americano se posicionou contrario a um protocolo que não impusesse metas aos países não pertencentes ao Anexo 1. Por essa razão, o governo Clinton decidiu assinar o documento, porém não apresentá-lo ao Senado (VIOLA, 2002, p. 30).

O regime de mudança climática possui uma dinâmica de funcionamento diferente do que ocorre em outros temas da agenda internacional. Para que ele funcione, é necessário que seja impulsionado por uma grande potencia e que tenha o apoio não apenas da União Européia, mas também dos Estados Unidos, China, Índia, Rússia, Canadá, Japão, Indonésia e Brasil. No entanto, nas conferencias que seguiram Quioto, a divisão entre os países (VIOLA, 2002, p. 30).

Para Viola após a Conferência do Rio, os principais blocos formados foram:

- EUA, Canadá e Austrália. Países desenvolvidos com alta intensidade de carbono por unidade de PIB e *per capita*. Nesses países há uma forte divisão interna sobre se devem ou não assumir responsabilidades obrigatórias e cobráveis.
- Alemanha, Reino Unido, Holanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, França, Bélgica, Luxemburgo, Áustria e Itália. Países desenvolvidos com média intensidade de carbono por unidade do PIB e *per capita*, orientados a assumir responsabilidades globais.
- Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Islândia. Países desenvolvidos com media intensidade de carbono, que têm dificuldades em reduzir sua emissão, seja porque já haviam reduzido bastante suas taxas antes de 1990, ou por sua opinião publica possuir baixa responsabilidade global (como a Suíça e a Islândia).

- Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Bulgária e Romênia. Países pertencentes à ex-União Soviética que sofreram uma drástica redução nas emissões de carbono pelo colapso da economia e, em consequência têm créditos no conjunto de compromissos assumidos.
- Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Emirados Árabes, Argélia, Líbia, Venezuela, Indonésia e Nigéria. Países exportadores de Petróleo, com alta intensidade de carbono por unidade de PIB e alguns também *per capita*.
- China, Índia, África do Sul, México, Brasil, Tailândia, Malásia e Filipinas. Países emergente com media intensidade de carbono por unidade de PIB derivada da matriz energética predominante de carvão e/ou petróleo ou do excessivo desmatamento (como é o caso do Brasil, Tailândia, Malásia e Filipinas).
- Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, Coréia do Sul e Hungria. Países emergentes com baixa intensidade de carbono que oferecem apoio genérico ao protocolo de Quioto, em função do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)⁷.
- África subsaariana, Bangladesh, Bolívia, Honduras, Guatemala, etc. Países pobres onde todos os setores da sociedade são favoráveis ao adensamento do regime, pois isso implica em ganhos consideráveis com os MDL e porque dificilmente teriam compromissos para 2050.
- Pequenos Estados-ilhas como Fiji, Jamaica, Malta, etc. Que são muito vulneráveis à mudança climática e onde o conjunto da sociedade é fortemente favorável ao adensamento do regime (VIOLA, 2002, pp. 31-32).

Durante as COP que seguiram Quioto houve a formação de coalizões pelos grupos acima mencionados. São elas a União Européia, o Grupo Guarda-Chuva (composto por países dos grupos 1, 3 e 4), o G77/China (cujos membros são os países mais pobres e os exportadores de petróleo) e a Aliança das Pequenas Ilhas (VIOLA, 2002, p. 32).

Durante as conferências de Bonn e Haia o grupo Guarda Chuva ofereceu grande apoio aos mecanismos de flexibilização das metas, contrariamente a União Européia. Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos com alta intensidade de carbono (grupo 1), com o apoio dos demais países desenvolvidos, propuseram que os países emergentes assumissem compromissos voluntários de redução baseados na taxa de crescimento futuro. Dos países

⁷ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um dos mecanismos de flexibilização definidos no Artigo 12 do Protocolo de Quioto com o objetivo de auxiliar os países pertencentes ao Anexo 1 na captura de carbono e os não pertencentes ao Anexo 1 a mitigar suas emissões de gases de efeito estufa. (“CDM” [on line]. Disponível em: <http://cdm.unfccc.int/about/index.html>. Acesso em: 25/05/2010

emergentes (grupos 5, 6 e 7) apenas a Argentina e a Coréia do Sul não foram contrários à proposta. (VIOLA, 2002, p. 33).

Como resposta à sugestão dos países desenvolvidos, o G77/China e a Aliança de Pequenas Ilhas, sob forte liderança do Brasil, propuseram que os países desenvolvidos concedessem um pacote de transferência livre de tecnologias para os países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento tiveram suas solicitações acatadas pelos países desenvolvidos, porém de forma mais branda (VIOLA, 2002, p. 33).

No entanto uma das medidas mais polemicas foi a proposta da União Européia que, com o apoio do Brasil, sugeriu um amplo regime de sanções aos países que não cumprissem seus compromissos. Essa posição contrastou com a do Grupo Guarda-chuva, que apresentou uma proposta menos radical (VIOLA, 2002, p. 33).

Em 2001, o governo do presidente norte-americano George W. Bush anunciou que se retirava oficialmente das negociações do Protocolo de Quioto. Seu governo não considerava adequado tratar da questão das mudanças climáticas pela falta de relevância dos mecanismos de mercado e pela ausência de metas para os países em desenvolvimento, que vêm apresentando notável crescimento em suas emissões. Depois da saída dos EUA, a União Européia teve suas negociações marcadas pelo principio de que um acordo mínimo seria melhor que o encerramento do protocolo de Quioto (VIOLA, 2002, pp. 33-34).

1.4. A Cúpula de Joanesburgo

A conferencia do Rio estabeleceu uma sólida base para a implementação das recomendações da Agenda 21. No entanto, em vista de Joanesburgo, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan entende que a década decorrida a Rio 92 mostrou-se um processo lento e que aprofundou a crise climática. Assim, ficava clara a dificuldade de implementação dos compromissos negociados no sistema ONU, indicando que a Cúpula de Joanesburgo não pretendia ser tão ambiciosa como a do Rio (LAGO, 2006, pp. 87-103).

Embora a década que se tenha seguido à Conferência do Rio tenha sido um dos períodos de maior crescimento econômico da história, as crises financeiras que ocorreram

nesse período abalaram o crédito e as políticas neoliberais. Assim, a IV Conferencia Ministerial da Organização Mundial do Comercio (OMC), que acontecera em 2001 em Doha, e a Conferencia Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em 2002 em Monterrey, foram eventos, que ao serem apresentados como o inicio da reconstrução do comercio internacional e das regras financeiras receberam grande atenção da mídia e demonstraram a necessidade de profundas mudanças no sistema financeiro e de comercio (LAGO, 2006, pp. 88-91).

A Conferencia de Joanesburgo dificilmente alcançaria o êxito desejado, pois se anunciavam dificuldades pelo lado econômico e também, devido à mudança de prioridades dos países advinda das crises econômicas e dos atentados do 11 de setembro de 2001. O momento político exigia ações a curto prazo. Os compromissos assumidos no Rio tiveram, em grande parte, êxito devido ao empenho de governos locais e ONG`s. No setor energético, por exemplo, embora existissem grandes progressos no desenvolvimento de novas tecnologias, a redução dos custos pareciam inalteráveis por falta de incentivos políticos (LAGO, 2006, pp. 97-98).

Os europeus, tinham como grande incentivo para a aprovação da Convenção o fato de que sua matriz energética já tinha sofrido modificações em função das crises do petróleo e de sua cada vez mais severa legislação ambiental. Essa situação dava uma vantagem competitiva aos países da União Européia. A posição da União Européia nas negociações deriva dos mesmos motivos que levaram os EUA a incentivar fortemente a legislação contrária ao uso de CFC`s, o fato da legislação interna já ter deliberado sobre a questão. Em ambas as situações, as posições dos governos derivam da sua já adaptação às novas medidas, o que lhes confere uma saída vantajosa sobre os demais países(LAGO, 2006, pp. 98-99).

Entretanto, por não possuir vantagens comparativas no caso da Convenção, os EUA adotaram uma posição contrária; enquanto que para as maiores economias em desenvolvimento, como o Brasil, a China e a Índia, a agenda de Joanesburgo era prioritária. Para esses, o fato deles, diferentemente dos países desenvolvidos pertencentes ao Anexo 1, não terem metas é um claro indicativo do reconhecimento das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e um dos pilares da política ambiental desses países (LAGO, 2006, pp. 98-100).

Com as previsões de custos norte americanos como base de sua justificativa para o não cumprimento de Quioto, os países em desenvolvimento certamente não iriam aceitar metas.

Eles não queriam ter que arcar com os desafios de inserir-se na economia globalizada e, ao mesmo tempo, lidar com os desafios econômicos do aquecimento global (LAGO, 2006, pp. 101-102).

Dentre os pontos que receberam ênfase em Joanesburgo, as iniciativas de apoio a projetos que independem dos governos receberam fortes críticas por serem entendidas por diversas delegações como uma forma de “privatizar” as Nações Unidas, já que se esperava diminuir a intervenção governamental incrementando a capacidade da sociedade civil em acelerar os avanços na área ambiental. No entanto, Klaus Töpfer, o então Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, considerou tais iniciativas como um dos maiores êxitos da conferência. Para ele, essa atitude era realista, especialmente ao se ter em mente que o orçamento do PNUMA é bastante menor que o da maioria das ONGs ambientais. Entretanto, as grandes críticas a essa iniciativa se referem à possibilidade de que os países desenvolvidos canalizem seus investimentos em projetos de seu interesse, criando uma cooperação seletiva com o aval das Nações Unidas (LAGO, 2006, pp. 101-102).

Com isso em mente, não houve clima para se chegar a uma “declaração política” na pauta de discussão de Bali. Todos os esforços foram então concentrados na discussão do Plano de Implementação, que tiveram uma negociação mais difícil do que se imaginava, levando diversos temas importantes a permanecerem pendentes. Essa situação se deve, em grande parte, à radicalização da posição dos países e às divergências entre os EUA e a União Europeia (LAGO, 2006, pp. 107-108).

1.5. Relatório Stern

À medida que aumenta o nível de aprofundamento e a assertividade das pesquisas científicas a respeito das mudanças climáticas, percebe-se uma melhora consistente da precisão dos estudos nela baseados. Stern afirma que “o custo total nos próximos dois séculos das mudanças climáticas associadas às emissões com o cenário BAU (business-as-usual), isto é, sem mudança no comportamento atual, implica impactos e riscos que são equivalentes a uma redução média do consumo per capita global de, no mínimo, 5%, agora e para sempre”

(STERN, 2006, p. 10).

Tal modelo não visa em sua metodologia os relevantes aspectos das mudanças climáticas, tais como os efeitos indiretamente relacionados às mudanças climáticas no meio ambiente e na saúde. O modelo também não considera um patamar que possibilite a comparação entre países, principalmente com os países menos desenvolvidos, onde a observância de tais fatores é intensificada.

A conjugação desses fatores adicionais aumentaria o custo total das mudanças climáticas do cenário de inação BAU para um valor equivalente a uma redução da ordem de 20% no consumo per capita, atualmente e no futuro. (STERN, 2006, p. 11).

As comprovações indicam que os custos de mitigação são significativamente menores que os custos de adaptação. Além disso, quanto mais cedo forem implementadas ações de mitigação das emissões de GEE, menores serão os custos, tanto dessas medidas, como das de adaptação. “Nesse sentido, a mitigação é um investimento altamente produtivo” (STERN, 2006, p. 11).

Para Stern, o crescimento econômico e a redução de emissões estão diretamente ligados. A alternativa defendida por Stern, na tentativa de maximizar as ações tomadas seria concentrar os esforços em duas vertentes principais a saber, os países desenvolvidos, com medidas incentivadoras para a mudança das matrizes energética e nos países em desenvolvimento com medidas para a adoção de matrizes limpas (STERN, 2006, pp. 11-12).

Stern afirma, assim como outros pensadores que o aumento de temperatura na Terra tende a gerar modificações na geografia física, induzindo mudanças na geografia humana do planeta, ou seja, onde e como as pessoas vivem. Num cenário de estabilização da concentração de GEE entre 500 e 550 ppm⁷ em 2050, o que significaria um aumento suportável de 2 °C em relação aos níveis pré- industriais, Stern conclui:

a estabilização dos gases de efeito estufa a níveis de concentração entre 500 e 550 ppm custará, em média, até 2050, cerca de 1% do PIB anual global. Isso é significativo, mas totalmente compatível com o crescimento e desenvolvimento continuados, ao contrário das mudanças climáticas incontroladas, que acabarão por ameaçar significativamente o crescimento (STERN, 2006, p. 14).

O Relatório Stern apresenta as seguintes principais conclusões: existe ainda tempo hábil para evitar grande parte dos efeitos causados pelas mudanças climáticas, embora ações e

medidas firmes devam ser tomadas no curto prazo; as mudanças climáticas podem ter impactos muito severos sobre o crescimento e o desenvolvimento; os custos devido às mudanças climáticas estão diretamente ligados ao tempo em que as ações serão tomadas: quanto mais tempo se leve para tomar medidas que reduzam as emissões, maior serão os custos que a sociedade terá que enfrentar. Medidas globais devem ser tomadas para a redução das emissões dos GEE.

Há várias alternativas disponíveis para reduzir as emissões de GEE, mas são necessárias políticas fortes para que elas sejam adotadas; as mudanças climáticas demandam ação internacional, baseada no entendimento compartilhado de metas de longo prazo e acordos sobre estruturas normativas para a ação, que segundo Stern deverão contemplar: “(i) comércio de emissões, (ii) cooperação tecnológica, (iii) redução do desmatamento e (iv) adaptação.” (STERN, 2006).

O Relatório Stern, é sem dúvida o mais bem-sucedido estudo capaz de avaliar economicamente os efeitos das mudanças climáticas, em diversos aspectos. Suas conclusões tiveram forte impacto na comunidade internacional a partir de 2006. A publicação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC em 2007, que abordaremos em seguida, ampliou as preocupações de governos e da sociedade civil organizada em relação à necessidade de aprofundamento dos instrumentos que conformam o regime internacional de mudança global do clima: a CQNUMC e o Protocolo de Quioto.

1.6. Quarto Relatório do IPCC

Entre os anos de 1995 e 2006 se concentram onze dos anos mais quentes desde 1850, quando teve início o registro regular da temperatura média da terra. Já é possível perceber certas mudanças climáticas como um aumento na temperatura da terra, do ar e dos oceanos, o derretimento de neve e gelo e a elevação média global do mar (IPCC, 2007, p. 8).

O Quarto Relatório de Avaliação do IPCC sustenta que o efeito estufa é um fenômeno natural em que parte da energia solar que recebida pela Terra fica retida na atmosfera, fazendo com que apareçam as condições necessárias à vida. Entretanto, a intensificação desse

processo está ocorrendo de forma perigosa em razão de modificações causadas na atmosfera pelo ser humano. Tais mudanças derivam do acúmulo de GEE na atmosfera, o que teve início com a revolução industrial e foi intensificado nos anos recentes (IPCC, 2007, p. 15).

Com essa perspectiva em mente, o IPCC concluiu que a temperatura média global deve aumentar entre 1,1 °C e 6,4 °C , o que deve levar os oceanos a subir entre 0,18m e 0,59m. Dessa forma percebe-se que o fenômeno terá reflexos em diversos sistemas como os recursos hídricos, o que se reflete no setor energético, nos ecossistemas, florestas, produção de alimentos, etc (IPCC, 2007, p. 19).

No cenário apresentado no relatório, os países em desenvolvimento se mostram mais vulneráveis às mudanças que os países desenvolvidos. Isso se explica pela localização da maioria dos países em desenvolvimento no hemisfério sul, onde os efeitos serão mais intensos, e pelo fato da menor capacidade de adaptação a essas condições devido a uma menor quantidade de recursos financeiros e de capacidade tecnológica.

1.7. A Reunião de Bali

O caminho para Copenhague começa na reunião de Bali, em 2007, quando Yvo de Boer, Secretário-Executivo da Convenção sobre Mudanças Climáticas, afirma com euforia o que seria o ponto de partida ideal para Copenhague: “Temos um mapa do caminho, uma agenda e uma data de conclusão!”. De Bôer acreditava que era necessário que a nova convenção tivesse seu texto concluído até 2009 e se preocupava com o fato de George W. Bush continuar a ser o presidente norte-americano por mais de metade desse Período. Já que, para ele,

A fim de evitar um vácuo entre o fim do primeiro período de obrigações do Protocolo de Quioto em 2012 e a entrada em vigor de um novo quadro institucional, as negociações necessitarão estar concluídas em 2009 para permitir suficiente tempo para a ratificação (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, p. 51).

No entanto, o caráter negativo da posição norte-americana dificultava a negociação de um regime internacional. Os EUA continuavam a justificar sua ausência com o argumento da isenção de obrigações aos países em desenvolvimento e com a rejeição de tetos obrigatórios para suas emissões (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, pp. 51-52).

O principal resultado da reunião de Bali foi o início do processo negociador, que se desenvolveu entre duas posições básicas: a maximalista e a minimalista. A posição maximalista, defendida pela maioria dos países que compõem o Anexo I, desejava expandir Quioto, com um acordo mais inclusivo e ambicioso. Embora o grupo concordasse com a transferência de recursos financeiros e tecnologia aos países em desenvolvimento, acredita-se na necessidade de que as economias emergentes tivessem metas de redução efetivas. Os países partidários da posição minimalista, davam ênfase a que os compromissos pós-Quito dveriam ser limitados aos países pertencentes ao Anexo I, que também deveriam aumentar a transferência de tecnologia e recursos financeiros aos países em desenvolvimento. Essa posição era fortemente defendida pela Índia e China. Conforme declarou o representante indiano, a negociação se destinava não a ampliar mas a melhorar a aplicação da Convenção (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, pp. 52-54).

Como resultado, o Plano de Ação de Bali, resolução mais importante da conferencia, fala de uma visão comum e de cooperação em longo prazo, sem a quantificação de metas, devido a oposição norte-americana, citando, porém em seu preâmbulo “cortes profundos”. Assim, embora com diversos documentos aprovados, a conferencia deixava três das mais importantes questões em aberto: os países que vão cortar suas emissões, em que quantidade e para que data (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, p. 54).

Essa questão, leva Ricupero a opinar que “Sem os Estados Unidos e a China, qualquer regime internacional seria cópia do que se vem atualmente revelando fraco e ineficaz” Entretanto, cada um espera que o outro tome a iniciativa e utiliza a inatividade do outro como motivo para não se comprometer. Assim, essa situação criou uma hegemonia negativa dos EUA, que paralisou a busca por novas soluções e criou um pretexto para países como a China não tomarem iniciativa (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, pp. 54-55).

Embora o Brasil possuísse, em Bali, uma posição alinhada à dos países do G77/China, a questão da responsabilidade diferenciada era vista de forma claramente diversa. Conforme foi colocado pela então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, “responsabilidade diferenciada não significa falta de responsabilidade”. Assim, ela deixa claro que o fato de os países não possuírem metas obrigatórias não os isenta da responsabilidade de reduzir suas emissões para os próximos anos (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, p. 56).

O relatório do IPCC afirma indiscutivelmente que o fenômeno das mudanças climáticas se dá principalmente pelos gases acumulados no passado. Porém, o fenômeno é cumulativo e o aumento das emissões mundiais o está agravando. Pode-se apontar os EUA, a China, a Rússia e a Índia como os quatro maiores culpados (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, p. 56).

O fato da China e da Índia, duas das maiores economias emergentes, estarem presentes nessa lista é o motivo de mais um dos principais debates das COP e de grande relutância norte-americana: a questão do financiamento. Segundo Ricupero, “não se pode seriamente argumentar que potências nucleares e espaciais como a China e a Índia não disponham de recursos financeiros e tecnológicos para fazer algo expressivo” e esse é um dos maiores argumentos da delegação norte-americana que se recusa a aceitar que esses países tenham apenas compromissos voluntários. Foi esse o motivo da abstenção dos EUA ao consenso em Bali (RICUPERO, De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima, 2008, p. 56).

A reunião de Bali conseguiu resultados não apenas na questão da mitigação, mas também em adaptação e transferência de tecnologia, resolvendo-se as controvérsias relativas ao Fundo de Adaptação do Protocolo. Assim, apesar dos inegáveis avanços de Bali, as promessas sem senso de urgência fazem com que o balanço geral seja misto.

2. A COP15 E A PROMOÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este capítulo apresenta a reunião da COP15 e as estratégias de promoção existentes para o financiamento de uma economia de baixo carbono⁸, com especial ênfase na promoção de energias alternativas. Aqui também serão analisadas as relações entre essas estratégias e os resultados provenientes da COP15.

2.1. COP15

A reunião de Copenhague terminou deixando impressões mistas entre seus participantes. O encontro que fora chamada de “*Hopenhagen*”⁹(ABRANCHES, 2010, p. 95) alguns meses antes e ao seu final dividia participantes e analistas sobre resultados. “Afinal, Copenhague foi o maior fracasso das negociações do clima ou um maduro recomeço para todas as nações?” (Leitão apud Abranches, 2010, p. 13).

Paula Moreira, em artigo para o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAN, chama a declaração política resultante da COP15 de “The Copenhagen Disaccord” (O Desacordo de Copenhague) em alusão ao fato do acordo não ser legalmente vinculante. O acordo de Copenhague foi feito a portas fechadas, por 25 dos 192 países pertencentes a Assembléia Geral das Nações Unidas e é uma mera declaração política, que não possui metas de redução para os países em desenvolvimento ou de mitigação para os desenvolvidos. Entretanto, Paula coloca:

⁸ Economia de baixo carbono é uma economia que emite um mínimo de gases de efeito estufa. (“Low Carbon Economy” [on line]. Disponível em: < <http://www.lowcarboneyconomy.com/home> >. Acesso em: 27/05/2010

⁹ Hoepenhagen é uma palavra que foi criada para denominar o encontro de Copenhague feita a partir da junção de “Hope” (esperança em inglês) e Copenhague.

Apesar de todas estas críticas, é válido enfatizar que houveram alguns aspectos positivos incluídos nos documentos que, apesar de uma mera declaração, pode ser usada para construir um acordo legalmente vinculante, legítimo e legal que deve ser desenhado nos meses a vir. Primeiramente, o Acordo de Copenhague foi proposto por um grupo de países que, pela primeira vez, incluíram os Estados Unidos. A participação dos representantes dos EUA foi um passo na direção correta para a mitigação da mudança climática. A declaração também reconhece a visão científica de que o aumento na temperatura global deveria ser menos de dois graus centígrados para evitar a interferência humana com o clima (MOREIRA P. , 2010, p. 1).¹⁰

A consultoria KPMG, com mais otimismo, coloca:

Apesar de nenhum acordo legalmente vinculante ter sido alcançado em Copenhague, o evento por si só deveria ser visto como um sucesso, pois mostrou que há um tremendo esforço político e público de fazer a diferença. A maioria das delegações mostrou um alto nível de comprometimento e trabalharam incansavelmente em direção a uma solução - a participação dos líderes globais, manifestações públicas e a presença de negociadores globais demonstra força e unidade (KPMG, 2010, p. 2).¹¹

O Acordo de Copenhague foi, portanto, um “começo essencial”¹², assim como dito por Ban Ki Moon no último dia da conferência, pois o trabalho estava apenas começando. Assim, o presidente dos EUA, Barack Obama, declara que “Hoje fizemos progresso significativo e sem precedentes, aqui em Copenhague...mas temos que ir muito mais longe”. Sendo assim, é possível perceber que, embora as diferenças entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento tenham criado alguns dos momentos mais tensos da conferência e diversos desacordos, uma solução para essa questão é possível (KPMG, 2010, pp. 2-3).

Embora seja possível considerar que se perdeu uma oportunidade para concluir um acordo global sobre o clima, não se pode negar que se alcançaram várias importantes vitórias durante a COP15. Duas das principais conquistas de Copenhague são o fato de a China e os Estados Unidos reconhecerem que as mudanças climáticas são reais e passarem a se envolver

¹⁰ T.A.: “Despite all of these criticisms, it is worth emphasizing that there were some positive aspects included in the documents which, although a mere political declaration, can be used to build a legitimate and legal binding agreement which must be drawn up in the coming months. Firstly, the Copenhagen Accord was proposed by a group of countries which, for the first time, included the United States. Participation of the US represents an important step in the right direction for climate change mitigation. The declaration also recognizes the scientific view that the rise in global temperature should be less than two degrees centigrade to avoid human interference with the climate” MOREIRA, P. (2010 йил 20-01). *Guest Article: The Copenhagen Disaccord*. Retrieved 2010 йил 29-10 from <http://thereddsite.wordpress.com/2010/01/20/guest-article-the-copenhagen-disaccord/>.

¹¹ T.A.: “Although no legally binding agreement was reached at Copenhagen, the event itself should be seen as a success, as it has shown there is tremendous political and public will to make a difference. The majority of delegations showed high levels of commitment and worked tirelessly towards a solution - the participation of world leaders, public demonstrations and the attendance of global businesses demonstrate strength and unity.” (KPMG, 2010, p. 2)

¹² T.A.: “essential beginning”

nos debates sobre o tema; em segundo lugar, os países desenvolvidos concordarem em mobilizar US\$100 bilhões por ano até 2020, já se falando em financiamento com valores (KPMG, 2010, p. 3).

No entanto, embora se tenham conseguido vitórias em Copenhague, segundo Miriam Leitão,

A reunião não se assemelhou a nenhuma outra conferência mundial sobre qualquer tema. (...) Coalizões diplomáticas tradicionais se rompiam, no meio de um debate em plenário, paralisavam a conferência e reformavam a geopolítica do clima. Organizações não governamentais atingiram maturidade e expertise decisivas. Manifestantes cercavam a capital do mundo, que se transferira provisoriamente para um local chamado Bella Center (Leitão apud Abranches, 2010, p. 11).

A reunião de Copenhague começara com o Acordo de Bali, que determinou o caminho que deveria ser percorrido nas próximas reuniões. No entanto, a publicação de mensagens eletrônicas de alguns dos membros do IPCC, às vésperas da reunião, fez com que se gerasse uma onda de descrédito a respeito das ciências climáticas (ABRANCHES, 2010, p. 18). Para Sergio Abranches,

A intenção era desacreditar o relatório e enfraquecer o fundamento científico das decisões que deveriam ser tomadas pelos chefes de governo mais poderosos do mundo em Copenhague. (ABRANCHES, 2010, p. 26)

O ocorrido criou um cenário de dificuldade para as negociações, fazendo com que uma cientista do IPCC dissesse, perplexa a Sergio Abranches, durante a primeira semana de negociações “Isso deixou de ser sobre ciência, passou a ser sobre política!”. A ciência estava sendo vista apenas como um plano de fundo e as discussões estavam ocorrendo em torno de diferenças geopolíticas e de políticas econômicas (ABRANCHES, 2010, p. 42).

Após o escândalo inicial com os cientistas do IPCC o vazamento da “Nota Interna do Secretariado” na primeira semana da conferência criou revolta entre os cientistas presentes; o documento analisava as metas dos países, que era de uma redução de apenas 2°C. Assim, percebia-se que a política era o principal foco do encontro e que qualquer possível resultado seria de natureza política (ABRANCHES, 2010, p. 46).

Os países em desenvolvimento, em especial os menos desenvolvidos, criticaram amplamente o ocorrido. Fazendo com que um dos representantes dos países Africanos

afirmasse: “Nós fomos chamados para assinar um pacto de suicídio”. Os países africanos consideravam o fato um “fascismo climático” (ABRANCHES, 2010, pp. 129-130).

Os debates demonstrassem cada vez mais divergências, inclusive entre países dos mesmos blocos, como entre os países grandes (Brasil, China e Índia) e pequenos (União Africana e Estados Ilhas) do G77/China. No entanto, segundo Abranches, o grupo concordava com um ponto central nas discussões: não aceitariam quantificar seus objetivos sem saber se teriam financiamento (ABRANCHES, 2010, pp. 130-140).

Nesse momento, ainda segundo Abranches, a discussão se encontrava quase em suspenso com os pontos cruciais do debate, como as doações dos países desenvolvidos e das economias emergentes, entre colchetes. Essa situação levou, inclusive, a questão do financiamento a longo prazo a receber apenas uma vaga menção em comunicados oficiais (ABRANCHES, 2010, pp. 130-140).

As negociações em Copenhague criavam uma situação pouco confortável para os Chefes de Estado e Governo que chegavam a cidade e esperavam sair de lá com algum resultado. Assim, ao final, após diversas reuniões a portas fechadas entre a mais alta cúpula de Copenhague e com uma saída quase a francesa dos chefes dirigentes das mais importantes potências do planeta acabou, segundo Abranches, uma das mais inusitadas COPs até hoje. A reunião acabou sem tratado, nem sequer um texto definitivo assinado (ABRANCHES, 2010, pp. 200-242).

2.1.1. O Acordo

O Acordo de Copenhague, conforme foi colocado pela KPMG, é um avanço. Pela primeira vez todas as grandes economias do mundo, incluindo a China, Índia e Brasil, Estados Unidos, Rússia, Japão União Européia, se comprometeram a reduzir os danos que causam ao planeta e ocasionam as mudanças climáticas de transparente e sujeita a análises internacionais. A importância desse ato não pode ser subestimada (KPMG, 2010, p. 4).

O Acordo ainda é um trabalho em progresso que possui detalhes, como metas para redução de emissões para os países industrializados e de mitigação para os países em

desenvolvimento para serem delineados para a próxima COP em Cancun. O Acordo mediano por Obama na COP15 espera alcançar três objetivos: alcançar a redução de emissões de carbono dos países que mais emitem; estabelecer um quadro transparente para avaliar o desempenho dos países em relação aos compromissos publicados; e dar início a um fluxo de recursos que possibilitem os países em desenvolvimento a se adaptarem às mudanças climáticas (KPMG, 2010, p. 4).

O Acordo ganhou o apoio relutante da UE e de outras nações desenvolvidas, assim como vários países em desenvolvimento que ficaram desapontados pelo texto, mas queria a ONU para permitir a liberação do financiamento do clima (KPMG, 2010, p. 4).

2.2. A promoção do financiamento e o “Plano de Ação de Bali”

A questão do financiamento é um elemento crítico das políticas ambientais e tem recebido menos atenção do que a limitação das emissões e a nova arquitetura climática. Entretanto, é necessário tratar de políticas de financiamento para mitigação e desenvolvimento verde, já que essas são de especial importância para que seja possível alcançar a redução desejada das emissões de gases de efeito estufa (STEWART, KINGSBURY, & RUDYK, s/d, pp. 3-4).

A Agenda 21 reconhece a necessidade de fontes de financiamento alternativas às Nações Unidas já que, segundo Lago (LAGO, 2006, p. 101), **Invalid source specified.**, o orçamento do PNUMA é consideravelmente menor que o de outras organizações que tratam do tema; o que torna quase impossível que a organização consiga suprir as necessidades financeiras de seus membros. Dessa forma, a Agenda 21 prevê mecanismos de financiamento como: bancos multilaterais de desenvolvimento e fundos; agências especializadas; instituições multilaterais; programas bilaterais; alívio da dívida; e fundos privados (MILES, 2005).

A complexidade do sistema de financiamento ambiental e a dificuldade de se negociar esse tema demonstra sua importância e complexidade. É possível perceber essa situação na declaração apresentada em proposta conjunta entre o Reino Unido, México, Noruega e Austrália em 2009:

O sistema de financiamento internacional, no que diz respeito à mudança climática, precisa ser mais bem coordenado, previsível e em escala e escopo suficiente para alcançar as necessidades de entrega de financiamentos futuros. Uma efetiva agenda institucional será essencial na construção da confiança e na entrega dos financiamentos de forma duradoura e na escala necessárias (World Resources Institute, 2010, p. 1).¹³

O objetivo do financiamento de políticas ambientais é principalmente financiar medidas de mitigação e adaptação. Assim, faz-se necessário encontrar uma forma de tornar possíveis os cortes das emissões dos gases de efeito estufa e ainda cumprir as necessidades energéticas mundiais, em especial, as dos países em desenvolvimento, que vêm crescendo rapidamente. Estima-se que são necessárias dezenas de milhares de dólares para dar suporte aos países em desenvolvimento em suas políticas de mitigação das emissões. No entanto, há bastante discordância em relação à forma como esse dinheiro deve ser disponibilizado para esses países (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 1).

Há grandes discussões sobre como o financiamento deve ocorrer. Debate-se eficiência de um formato centralizado ou descentralizado, nacional ou regional, e mesmo a necessidade de se criar novas instituições ou não. De uma forma geral, os países desenvolvidos preferem utilizar as instituições já existentes que, conforme observado em relatório do World Resources Institute - WRI, “eles (esses países avançados) as fundaram e têm dirigido pelos últimos 60 anos”¹⁴ (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 1).

Entretanto, os países em desenvolvimento argumentam preferir novas instituições, ao considerar que as existentes falharam em suas premissas de promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza, ao ter seus interesses fortemente alinhados com o dos seus maiores provedores. Dessa forma, o novo arranjo financeiro ambiental tem que conseguir conciliar os interesses dos países doadores e receptores do dinheiro (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 1).

¹³ T.A.: “The system of international finance to address climate change needs to be better coordinated, predictable and of sufficient scale and scope to meet future financing delivery needs. An effective institutional framework will be essential in building confidence and delivering the necessary scale of finance in a durable way” World Resources Institute. (2010). *Climate Finance 2010: Issues and Opportunities*. World Resources Institute.

¹⁴ T.A.: “they have funded and led for the past 60 years” (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 1)

Assim, após uma análise de diversas instituições financeiras ligadas ao tema o WRI identificou que um novo acordo climático irá possivelmente redistribuir de forma significativa o poder e a responsabilidade entre os tradicionais países contribuintes e beneficiários. Ao se analisar a mudança do cenário econômico e político das últimas décadas percebe-se a necessidade dessa mudança, que é a base para uma nova estrutura financeira bem sucedida (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, pp. 2-3).

As negociações em torno das finanças ambientais para o período pós-2012 começaram a ser discutidas em Bali, com o “Plano de Ação de Bali”, e deveriam ser concluídas em Copenhague com o “Acordo de Copenhague”. O “Plano de Ação de Bali” prevê a melhora do acesso, previsibilidade e sustentabilidade de recursos financeiros e apoio técnico e financeiro; que deve acontecer de forma mensurável, reportável e verificável. As negociações em Bali esperavam que a COP15 apresentasse resultados criativos de financiamento para auxiliar os países em desenvolvimento, mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, a arcar com os custos de suas políticas de mitigação e adaptação (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 6).

Com essa necessidade em mente, os analistas assinalam que embora a relação entre os países financiadores e financiados esteja mais balanceada, ela permanece desigual. Os fundos ambientais criados pelo UNFCCC, o Protocolo de Quioto e o Banco Mundial se baseiam em agências já existentes para implementar os mecanismos de financiamento e enquanto a estrutura dessas organizações não sofrer alterações não haverá mudanças no relacionamento existente entre os países. Essa situação ocorre pois

Enquanto os mecanismos de financiamento forem dependentes das contribuições voluntárias arrecadadas por parlamentares e ministros de finanças de um grupo de países, e canalizados para financiar outros países, uma influência danosa provavelmente será sentida no poder formal dos beneficiários. (...) As condicionalidades econômicas e políticas que os doadores têm atreladas a seus financiamentos no passado não tem sido nem populares com os países beneficiários, nem inteiramente efetivos em alcançar seus objetivos (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 3).¹⁵

¹⁵ T.A.: “As long as climate financial mechanisms are dependent on voluntary contributions raised by the parliaments and finance ministries of one set of countries, and channeled to finance activities in another set of countries, donor influence is likely to check the formal power of recipients. (...)The economic and policy conditionalities that donors have attached to their financing in the past have been neither popular with recipient countries, nor entirely effective in achieving their objectives” (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d).

Entretanto, o aspecto positivo dessa relação é o fato de ela obrigar os países beneficiários a investir em projetos que não tenham impactos sócio-ambientais negativos.

Assim, os fundos ambientais, sob a perspectiva do “Plano de Ação de Bali”, devem cumprir os pressupostos estabelecidos na tabela abaixo, exercendo assim suas funções de forma clara e o mais independente possível e levando em consideração a necessidade de transparência e equidade nas representações, independência técnica e científica.

QUADRO 1 – Papéis e Funções dos Mecanismos de Financiamento Climático

Função	Papel
Visão Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer políticas, prioridades e critérios de elegibilidade.
Mobilização de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Injeção de capital nos fundos privados • Aproveitando fontes adicionais de financiamento de agências de execução do sector privado
Alocação de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Alocação de recursos entre as diversas áreas principais (ex.: mitigação, adaptação e florestal) • Priorização entre os beneficiários elegíveis
Projeto de Gerenciamento do Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e aprovação dos projetos • Gestão financeira dos contratos de empréstimo e concessão.
Padrão de ajuste	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e aprovação de metas de desempenho • Desenvolvimento e aprovação de salvaguardas ambientais e sociais
Parecer Técnico-científico	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria em políticas adequadas e sobre as melhores tecnologias disponíveis • Conselhos sobre as tendências científicas e avaliação de riscos
<i>Accountability</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e avaliação de projetos e do desempenho da carteira • Revisão e inspeção dos projetos problemáticos.

Fonte: BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 7.

No entanto, visto a atual perspectiva para as negociações de um acordo pós-2012, percebe-se a necessidade de se reinterpretar esses princípios em um contexto contemporâneo e levando em conta o relacionamento existente entre os Estados envolvidos e as instituições criadas por eles para este propósito (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 8).

Assim, embora seja de desejo dos países em desenvolvimento a criação de novas instituições para coordenar o sistema financeiro climático, há entendimento de que é

desnecessário enquanto existirem outras que possam cumprir o mesmo papel. Entretanto, a convicção de que é possível criar um novo mecanismo financeiro utilizando-se dos padrões já existentes faz com que se tenha certeza de que as novas negociações terão como resultado um sistema diversificado e de múltiplas instituições. Espera-se ter uma união entre instituições multilaterais, regionais, bilaterais, nacionais que pertençam ou não à UNFCCC, modelo chamado de descentralizado (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, pp. 9-10).

Dessa forma, embora alguns países continuem pleiteando a criação de uma única instituição que coordene este grande desafio, é de entendimento geral que um sistema descentralizado é a melhor opção, sendo necessário o uso de diversos instrumentos financeiros, como empréstimos, concessões, investimento estrangeiro direto e o mercado de carbono, para que se consiga gerenciar as finanças climáticas de forma adequada (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, pp. 9-10).

Com isso, conforme foi observado anteriormente, a dinâmica das negociações climáticas tem levado os países em desenvolvimento a demandar uma reforma das instituições financeiras mundiais para que essas sejam capazes de refletir o novo posicionamento dos países emergentes. Ao mesmo tempo, com a emergência das ameaças climáticas os países desenvolvidos querem maior eficiência nos empréstimos que estão concedendo, enquanto os países em desenvolvimento vêem esses recursos como uma reparação pelos danos que lhes foram causados pelo formato do desenvolvimento utilizado pelos países já desenvolvidos (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 17).

Com todas essas questões em mente, foram estabelecidas as propostas que seriam discutidas na reunião de Copenhague em 2009. Assim, enquanto o G77/China apresentam uma proposta para a criação de um grande fundo que deve ter todo o sistema financeiro ambiental sob sua tutela, os países desenvolvidos confiam nas instituições financeiras já existentes e em um sistema descentralizado (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 22).

Com isso, os países emergentes como Brasil, Índia e China tem demandado maior voz e avanço em seu papel na governança das finanças climáticas; exigindo mudanças nas relações entre os tradicionais contribuintes e receptores. Essa nova demanda reflete a influencia exercida pelos grandes doadores e a necessidade que os emergentes sentem de

terem mais poder (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, p. 27).

O cenário apresentado levou os países desenvolvidos a aceitarem a necessidade de uma reforma nas instituições já existentes, reforma endossada pelos países do G20¹⁶ na reunião ocorrida em 2009 devido ao aumento significativos dos recursos administrados por tais instituições e às mudanças no cenário global (BALLESTEROS, NAKHOODA, WERKSMAN, HURLBURT, & KUMAR, s/d, pp. 43-44).

2.3. A Promoção do Financiamento no Acordo de Copenhague

Após grandes dificuldades encontradas durante os debates da COP15 chegou-se a alguns resultados que foram considerados por grande parte dos participantes da reunião como pouco ambiciosos.

O encontro em Copenhague manteve a indefinição quanto ao formato pelo qual os fundos irão prover seus recursos. No entanto, pode-se sustentar que o REDD+¹⁷ foi adicionado ao documento de forma a conseguir recursos, o que é visto como uma grande vitória para os países em desenvolvimento; enquanto a questão de transferência de tecnologia, que tanto interessava aos países em desenvolvimento, continuou em aberto, sendo a visão sobre a questão da propriedade intelectual ainda muito forte (World Resources Institute, 2010, p. 3).

As negociações para o aumento da provisão de recursos financeiros para investimento não conseguiram ser concluídas de forma satisfatória, resultando ainda na necessidade de se garantir que os fundos a serem destinados às mitigações das mudanças climáticas estão sendo

¹⁶ O G20 é um grupo com Ministros das Finanças e Chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias mundiais e da União Européia criado em 1999 para discutir assuntos econômicos globais. (“G20” [on line]. Disponível em: < http://www.g20.org/about_what_is_g20.aspx >. Acesso em: 27/05/2010

¹⁷ REDD+ (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation) é um esforço para se criar valor para o carbono mantido nas florestas, oferecendo incentivos aos países em desenvolvimento a reduzirem o desflorestamento e a degradação das florestas. O REDD+ também inclui conservação, manejo sustentável da floresta e melhora dos sumidouros de carbono. Assim, o REDD+ é visto como uma forma de se financiar a manutenção das florestas. (“REDD” [on line]. Disponível em: < <http://www.un-redd.org/AboutREDD/tabid/582/Default.aspx> >. Acesso em 04/07/2010)

devidamente alocados. Entretanto, ao mesmo tempo em que o grupo conseguiu desenhar as funções propostas para o “Fundo de Copenhague” e estabelecer de forma mais clara como devem funcionar os mecanismos já existentes, o encontro de Copenhague não detalhou nenhum desses elementos e não teve em clara consideração as propostas financeiras do G77¹⁸ sobre finança e governança, nem a proposta conjunta apresentada pelo Reino Unido, Noruega, México e Austrália (World Resources Institute, 2010, p. 3).

A respeito do acordo de Copenhague em finanças, diversas medidas conseguiram ser acertadas pelo acordo; no entanto, na busca pelas formas mais eficientes de se realizar tais ações, é possível que parte dessas iniciativas ocorram fora do âmbito da COP. Os países desenvolvidos vão disponibilizar US\$ 30 bilhões em recursos novos e adicionais para serem alocados em políticas de adaptação e mitigação entre 2010 e 2012, sendo que esses estão priorizando os países em desenvolvimento mais vulneráveis (World Resources Institute, 2010, p. 3).

Ainda como parte das políticas de financiamento os países desenvolvidos esperam, até 2020, mobilizar US\$ 100 bilhões por ano para políticas de mitigação, que devem financiar fundos públicos, privados, bilaterais e multilaterais, criando a política diversa discutida no início do capítulo (World Resources Institute, 2010, p. 3).

Embora o dinheiro destinado a essas ações deva ser alocado de forma diversa, boa parte desses fundos deve passar pelo “Copenhagen Green Climate Fund”, fundo ainda por ser criado, que deve funcionar como uma entidade que administre os mecanismos financeiros da convenção. Quanto aos fundos multilaterais, esses devem funcionar em formato igualitário que não privilegie países desenvolvidos ou em desenvolvimento, tentando assim, atender as demandas dos países em desenvolvimento sobre a influencia dos países desenvolvidos no processo decisório dessas organizações (World Resources Institute, 2010, p. 3).

2.4. O volume necessário de financiamento

¹⁸ O Grupo dos 77 (G77) é uma coalizão de países em desenvolvimento fundada em 1964 com o objetivo de promover os interesses coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação para seus países. Hoje o grupo conta com 130 países membros. (“The Group of 77” [on line]. Disponível em: < <http://www.g77.org/doc/> >. Acesso em 06/08/2010)

Embora se tenha saído de Copenhague sem um consenso a respeito da quantidade necessária de fundos para os países em desenvolvimento combaterem as mudanças climáticas na escala necessária, o Acordo de Copenhague estabelece como necessários US\$ 100 bilhões anuais, advindos de fundos públicos e privados. Entretanto, não há consenso se esse nível de financiamento julgado necessário é compatível com o dinheiro atualmente disponível para tal fim (World Resources Institute, 2010, p. 4).

De acordo com o WRI na reunião de 2009 do Fórum Econômico Mundial, o grupo de trabalho sobre Baixa Emissão de Carbono estima que, embora os números variem, são necessários centenas de bilhões de dólares em investimentos nos próximos 10 a 15 anos. Eles também recomendaram que fossem estabelecidos diversos fundos multilaterais e regionais para a distribuição do capital e para impulsionar o setor privado. Esse modelo de instituição internacional sugere um nível de governança para vincular o capital do setor privado apropriadamente em vista da atual crise econômica mundial. De acordo com o comitê há forte interesse do setor privado em investir nesse setor:

De longe a maior fonte potencial investimento privado a longo prazo são os investidores institucionais, como fundos de pensão públicos e privados, seguradoras, fundos soberanos, fundações e bancos privados. A maioria dos investidores institucionais investe em fundos geridos por sociedades gestoras de investimento privado. Isto lhes dá acesso a uma ampla variedade de projetos passíveis de investimento em mercados longe de seu centro de operações, governança eficaz, alcançar os objetivos de retorno e, sobretudo, diversificar os seus riscos. Há um interesse crescente entre esses investidores em infra-estrutura de baixo carbono em países em desenvolvimento, mas o volume de investimento por eles continua baixo devido aos elevados riscos e incertezas envolvidas e relacionadas com o fato de que existem poucos fundos grandes e diversificados com esse propósito (WORLD ECONOMIC FORUM: TASK FORCE ON LOW-CARBON PROSPERITY, 2009, p. 11).¹⁹

Com essa perspectiva em vista, o relatório comenta ainda que os investidores internacionais confiam em instituições financeiras de desenvolvimento bilateral e multilateral

¹⁹ T.A.: “By far the largest potential source of long-term private investment is institutional investors, such as public and private pension funds, insurance companies, sovereign wealth funds, endowments and private banks. Most institutional investors invest in funds managed by private investment management firms. This allows them to access a wide variety of investible projects in markets far from their centre of operations, exercise effective governance, achieve targeted “exit” returns and, most importantly, diversify their risk. There is growing interest among such investors in low- carbon infrastructure in developing countries, but the volume of investment by them remains low because of the considerable risks and uncertainties involved and the related fact that few large, diversified funds exist for this purpose” (WORLD ECONOMIC FORUM: TASK FORCE ON LOW-CARBON PROSPERITY, 2009).

e valorizam a capacidade creditícia²⁰ desses órgãos. Investidores privados eventualmente necessitam do envolvimento do Banco Mundial ou de Bancos Regionais de Desenvolvimento (Multilateral Development Bank - MDBs) antes de entrarem em novos mercados e classes de investimento. Assim, essas instituições têm um papel importante em estimular investimentos em determinados setores, como o de energia, em mercados emergentes e em desenvolvimento (WORLD ECONOMIC FORUM: TASK FORCE ON LOW-CARBON PROSPERITY, 2009, p. 11).

Dessa forma, tem-se um modelo de investimento público-privado em que o aumento de crédito público e o reforço da capacidade reguladora são combinados com o capital institucional privado como potencial para destravar os fluxos de investimentos para setores como o de energia de baixo carbono em países em desenvolvimento, muito além do que pode ser financiado diretamente a partir dos orçamentos de ajuda externa (WORLD ECONOMIC FORUM: TASK FORCE ON LOW-CARBON PROSPERITY, 2009, p. 11).

O modelo sugerido pelo Fórum Econômico Mundial poderia ser parte da solução para a questão do financiamento, com grandes expectativas de necessidade de capital, conforme retratado nos parágrafos a seguir.

A Rede de Ação Climática²¹ identificou uma necessidade de cerca de US\$100 bilhões por ano até 2020 para ações de mitigação. Esse cálculo agrega também os cerca de US\$35 bilhões necessários para apoiar projetos do REDD, US\$50 bilhões por ano para auxiliar tecnologias de baixo carbono, US\$5 bilhões por ano para agricultura e US\$10 bilhões para desenvolvimento e pesquisa de novas tecnologias (World Resources Institute, 2010, p. 4).

O UNFCCC estima que as finanças climáticas precisam atingir entre 0,3% e 0,5% do PIB mundial anual até 2030 e que 86% desse valor precisará vir do setor privado. Antes da

²⁰ Capacidade creditícia: As qualificações creditícias medem a solvência de um mutuário e tornam-se uma referência internacional para comparar a qualidade creditícia dos emissores e dos títulos de crédito qualificados. Disponível em:

<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:A7f3NxAczkkJ:www.bpc.ao/UserFiles/File/GlossarioBancario/DicionarioFinancieiro_QRS.pdf+As+qualificac%CC%A7o%CC%83es+crediti%CC%81cias+medem+a+solve%CC%82ncia+de+um+mutua%CC%81rio+e+tornam-se+uma+refere%CC%82ncia+internacional+para+comparar+a+qualidade+crediti%CC%81cia+dos+emissores+e+dos+ti%CC%81tulos+de+cre%CC%81dito+qualificados.&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShmBDLvK0HIFDt_bF6i6b2sno5SztKMbFZjNgKw6cI4wQr4g3hvcYYk3oE82XyAD9JaSDVeBP0NLxV35gwhWbkFh478fuux54RpHW58hnakPXO6a9HjDBLf94yRyyORaNusoYjS&sig=AHIEtbTpquCoPqJqBwjctJhjwAoKF5-0gg>. Acessado em: 19/08/2010.

²¹ A Rede de Ação pelo Clima (Climate Action Network – CAN) é uma rede de mais de 500 ONGs do mundo inteiro que trabalham para promover ações individuais e governamentais para limitar a ação humana sobre o meio ambiente. (“CAN International” [on line]. Disponível em: <<http://www.climateactionnetwork.org/about/about-can>>. Acesso em 13/10/2010)

reunião da COP15, o então Secretário Geral do UNFCCC, Yvo De Boer, solicitou com base nas projeções da Agência Internacional de Energia entre US\$180-250 bilhões por ano (World Resources Institute, 2010, p. 4).

O Project Catalyst²² estima gastos entre US\$40 e US\$130 bilhões por ano entre 2010 e 2020 para que se consiga limitar as emissões a 450 ppm em 2020; o número varia dependendo de diversos fatores como as ambições de redução dos países industrializados. Por outro lado, a Comissão Européia estima as necessidades em US\$118 bilhões anuais até 2020, dos quais US\$94 bilhões estão destinados para políticas de mitigação (World Resources Institute, 2010, p. 5).

As estimativas do Banco Mundial no Relatório para o Desenvolvimento Mundial de 2009²³ falam em valores entre US\$170 e US\$ 765 bilhões (sendo a média de US\$475 bilhões). Esses valores incluem investimentos antecipados pelo setor privado e alavancados por investimento público. Assim, o investimento público necessário fica entre US\$128 e US\$574 bilhões anuais até 2030 (World Resources Institute, 2010, p. 5).

Outras estimativas falam em US\$267 bilhões anuais até 2020, segundo a União Africana, e US\$45 trilhões segundo a Agência Internacional de Energia, a fim de cortar pela metade as emissões de gases de efeito estufa até 2050 (World Resources Institute, 2010, p. 5).

2.5. Compromissos governamentais em vigor para o financiamento

Nos últimos anos tem surgido uma variedade de propostas e mecanismos financeiros para o meio ambiente. Esses são calculados de formas distintas e têm instituições com diversos níveis de transparência, responsabilidade e capacidade de financiamento. E evidenciam também diferenças na estruturas de governança, forma de tomada de decisão e fiscalização. Contudo, tais mecanismos ainda não foram capazes de atingir os US\$100 bilhões anuais estimados no “Acordo de Copenhague” (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

²² O Project Catalyst é um grupo de estudos sobre políticas climáticas da McKinsey. (“Project Catalyst” [on line]. Disponível em: < <http://www.project-catalyst.info/> >. Acesso em: 14/10/2010)

²³ T.A.: “2009 World Development Report”.

2.5.1. *Comprometimentos a curto prazo do Acordo de Copenhague*

O Acordo de Copenhague retrata que os países em desenvolvimento tem necessidade de cerca de US\$30 bilhões de financiamento entre 2010 a 2012. O acordo não estipula métodos de distribuição desses recursos o que possibilita aos EUA, Japão e Noruega que já anteciparão US\$27 bilhões a poder optar pelo uso de acordos multilaterais e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento como mecanismos imediatos de distribuição de tais fundos (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

Em razão das metas obrigatórias de redução das emissões de GEE existentes sobre os países desenvolvidos o Protocolo de Quioto possui os mais significativos recursos de mercado para as finanças do clima. O WRI acredita que os países em desenvolvimento devem lucrar cerca de US\$18 bilhões até 2012 com projetos de MDL para uma redução de 1,5 bilhões de toneladas de CO₂ que, embora seja uma importante fonte de recursos para o investimento em políticas de mitigação nos países em desenvolvimento. Não é o suficiente para atingir as metas apresentadas no Protocolo de Quioto (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

2.5.2. *Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)*

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento reservada à mitigação e o investimento em energias alternativas é de cerca de US\$99 bilhões para o período entre 2002 e 2008. Além desses recursos, alguns países, como forma de conseguir avançar nesse setor, também estão destinando verbas originalmente pertencentes a outras metas internacionais de desenvolvimento, o que é visto de forma controversa (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

2.5.3. *Fundo de Adaptação do Protocolo de Quioto*

O Fundo de Adaptação foi estabelecido pelas partes do Protocolo de Quioto, com a intenção de financiar projetos de adaptação nos países em desenvolvimento. O Fundo é financiado, principalmente, por uma cobrança de 2% na Redução Certificada de Emissão (RCE)²⁴ em projetos de MDL.

A estrutura do Fundo exige que esse possua dois representantes de cada um dos cinco grupos regionais das Nações Unidas. Um representante do grupo das pequenas ilhas, um representante dos LDCs, dois representantes adicionais dos países do Anexo I e dois dos países não pertencentes ao Anexo I.

A pedido da COP o Fundo deve desenvolver formas de acessar os recursos diretamente sem a necessidade de envolver agentes de implementação (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

2.5.4. *O Brasil, o BNDES e o Fundo Amazônico*

O BNDES é a maior entidade de financiamento público para energia e infra-estrutura no mundo e juntamente com o governo do Brasil lançou em agosto de 2008 o Fundo Amazônico. O Fundo espera arrecadar US\$21 bilhões ao longo de treze anos para a conservação e desenvolvimento sustentável da região da Amazônia brasileira, por meio de projetos de conservação florestal, pesquisa, extração de borracha, manejo florestal e desenvolvimento de medicamentos advindos de plantas. O BNDES fará uso de auditorias privadas na administração do fundo que já recebeu US\$ 1 bilhão da Noruega, maior

²⁴ Créditos de carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) são certificados emitidos para um agente que reduziu a sua emissão de GEE, sendo esse crédito negociável no mercado internacional. (“UNFCCC” [on line]. Disponível em: < <http://cdm.unfccc.int/about/index.html> >. Acesso em: 16/11/2010

comprometimento público financeiro até o momento.

O BNDES não contribui com recursos próprios para o Fundo Amazônico ao contrario, financia intensivamente projetos que contribuem para a degradação da região. Bancos nacionais como o BNDES devem, nos próximos anos, aumentar seu papel nas finanças do clima (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

2.5.5. Bancos Multilaterais e Regionais: Fundos de Investimento Climáticos (Climate Investment Fund – CIF)

Os Bancos Multilaterais receberam de seus diversos doadores um total de US\$6,1 bilhões para os CIFs, dividido em dois fundos principais: o Fundo de Tecnologia Limpa e o Fundo Estratégico do Clima.

A estrutura dos fundos visa uma representação equilibrada e equitativa no Comitê Executivo do Fundo Fiduciário, local onde as decisões a respeito dos financiamentos é tomada. As CIFs apresentam uma cláusula de caducidade para evitar que seus processos caminhem mais rapidamente do que os do UNFCCC e da COP além disso, eles também oferecem diversos instrumentos financeiros concessões de empréstimos, garantias e subvenções (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

2.5.6. Banco Mundial: Forest Carbon Partnership Facility (FCPF).

O Banco Mundial atua como agente fiduciário para os fundos de ação imediata (Fundo de Prontidão) e os de financiamento de mecanismos de carbono (Fundo de Carbono). Com o objetivo de arrecadar US\$185 milhões o Fundo de Prontidão com seus 11 doadores, já angariou cerca de US\$107 milhões. O Fundo de Carbono permite participação nacional e sub-

nacional e tem como meta US\$200 bilhões (World Resources Institute, 2010, pp. 7-8).

2.6. Diplomacia das Negociações: Finanças Climáticas

Uma significativa incerteza permanece em relação à estrutura de gestão e fontes de recursos para financiamento do clima, sendo inevitáveis novos debates a esse respeito dentro e fora do âmbito da COP. Aqui serão apresentadas os pontos mais relevantes de algumas das propostas submetidas na reunião de Copenhague relativas ao financiamento (World Resources Institute, 2010, pp. 8-10).

2.6.1. Proposta conjunta do Reino Unido, México, Noruega e Austrália.

A proposta apresentada pelo Reino Unido, México, Noruega e Austrália coloca que para as ações mais imediatistas deveriam ser usados os mecanismos já existentes enquanto, os financiamentos a longo prazo devem acontecer com o uso de fundos multilaterais verdes. No entanto, eles enfatizam a necessidade de se computar todos os tipos de financiamento, os bilaterais, multilaterais e sugerem que os fundos sejam administrados e de responsabilidade da COP de forma igualitária e transparente.

Outros pontos centrais da proposta são:

- a. A necessidade de todos os países, com exceção dos países menos desenvolvidos (Least Developed Countries - LDCs)²⁵, em contribuir para o

²⁵ Os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) representam o segmento mais pobre e vulnerável da comunidade internacional. Pobreza extrema, debilidade econômica estrutural e falta de capacidade de crescimento prejudicam os esforços desses países. Eles também são caracterizados por susceptibilidade aos choques econômicos, catástrofes naturais e provocadas pelo homem e doenças transmissíveis. Atualmente existem 49 países pertencentes a esse grupo. (“UN-OHRLLS” [on line]. Disponível em: <http://www.unohrlls.org/en/ldc/25/>. Acesso em: 15/11/2010)

fundo;

- b. Reconhece vagamente a variedade de metodologias para a contribuição dos países. A proposta da Noruega pretende promover o financiamento com leilões nacionais e internacionais de permissões de emissões e com as receitas provenientes da aviação internacional e do transporte marítimo.
- c. Não importa o alcance ou estrutura dos fundos, eles devem ser conduzidos por compromissos e planejamento mensuráveis, reportáveis e verificáveis dos países em desenvolvimento.
- d. Ligação com mercado de carbono e o setor privado é crucial (World Resources Institute, 2010, pp. 8-10).

2.6.2. Proposta Norte Americana

A proposta dos Estados Unidos prevê que o financiamento seja feito pelos Bancos Multilaterais no âmbito da Convenção de forma transparente e com representação balanceada entre contribuintes e beneficiários.

Para eles, todos os países devem contribuir para o fundo, com exceção dos LDCs; os países doadores devem ter o direito de condicionar seus recursos para setores específicos; deve haver uma indicação formal de nível e fonte de contribuições esperadas necessárias; o GEF deve ter um papel menor (World Resources Institute, 2010, pp. 8-10).

2.6.3. Proposta Mexicana de um Fundo Verde

O México propõem a criação de um fundo multilateral, administrado por uma instituição multilateral já existente, que opere sob a égide da Convenção e que possua representação igual entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento no Conselho Executivo de Implementação.

O país também sugere: que todos os países devem contribuir financeiramente em proporção as suas emissões de GEE, PIB e população; o financiamento deve advir de múltiplos fundos; deve haver recebimento da maioria dos recursos pelos países em desenvolvimento; e nenhum país deve receber sozinho mais que 15% dos recursos totais (World Resources Institute, 2010, pp. 8-10).

2.6.4. G-77 e China: Proposta de “Melhora do Mecanismo Financeiro”²⁶

O Grupo dos 77 e China acredita que os mecanismos financeiros devem ser operados por um Banco Multilateral sob o escudo da COP, seguindo os princípios de equidade e responsabilidade comum porém diferenciada. Propõem que deve haver uma distribuição de representantes balanceada geograficamente em um sistema eficiente e transparente.

O G77/China recomendam, também, que os países beneficiários tenham acesso direto aos recursos; que os países favorecidos pelo financiamento sejam envolvidos em todas as fases de identificação, definição e implementação, fazendo com que sejam verdadeiramente direcionados pela demanda; e que os países desenvolvidos contribuam com 0.5 a 1% do PIB para o financiamento de políticas do clima (World Resources Institute, 2010, pp. 8-10).

2.6.5. União Européia: Proposta “Intensificando o Financiamento do Clima”²⁷

A União Européia recomenda que um novo “Fórum Internacional de Alto nível sobre as Finanças do Clima”²⁸ seja criado com o objetivo de acompanhar e analisar periodicamente as lacunas e desequilíbrios na mitigação de financiamento e ações de adaptação. Para os

²⁶ T.A.: “Enhanced Financial Mechanism”

²⁷ T.A.: “Stepping Up Climate Finance”

²⁸ T.A.: “High-level Forum on International Climate Finance”

européus esse Fórum deve ser descentralizado e com um caráter *bottom-up* (de baixo para cima).

A proposta também indica que devem ser aderidos padrões de eficácia para se receber ajuda e que tanto países doadores como os receptores do financiamento devem exercer medidas mensuráveis, reportáveis e verificáveis; para eles financiamento doméstico (público e privado), mercado de carbono (reformulação do MDL) e fontes de financiamento público internacional são políticas essenciais, bem como mecanismos bilaterais e multilaterais (World Resources Institute, 2010, pp. 8-10).

3. OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO E O FINANCIAMENTO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) como o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são instituições financeiras públicas que têm em suas missões aliviar a pobreza ao financiar projetos e políticas em países em desenvolvimento. Com isso muitas das ações com apoio dessas instituições estão ligadas a setores chaves, como o da redução de emissões de GEE como o energético, de transporte e agricultura; além disso, também possuem forte participação em setores em que a adaptação é um desafio vital, como água, saúde e também agricultura (NAKHOODA, Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks, 2008, p. 1).

Atualmente políticas e praticas de redução da emissão de GEE em todo o mundo são essenciais para se evitar uma situação que prejudique milhões de pessoas, em especial as mais pobres. Por essa razão os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento representam um papel central ao apoiar políticas de baixa emissão de carbono em países em desenvolvimento (NAKHOODA, Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks, 2008, p. 1).

Com base nesse argumento, na reunião do G8²⁹ em 2005 foi decidido que se daria ênfase ao papel dos MDBs em ajudar os países a terem uma resposta positiva em relação às mudanças climáticas. Os países do G8 deram a tarefa ao Banco Mundial de mobilizar investimentos para uma matriz energética limpa, reconhecendo a competência técnica existente para o desenvolvimento de políticas e apoio ao investimento (NAKHOODA, Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks, 2008, p. 2).

²⁹ O Grupo dos Oito é um fórum de líderes das oito nações mais industrializadas do mundo, que se encontram com o objetivo de discutir soluções para problemas globais. O G8 é composto pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia. ("G-8" [on line]. Disponível em: < <http://g8.gc.ca/about/> >. Acesso em 20/11/2010.)

Desse modo, os bancos têm recebido uma pressão crescente para aumentar de forma significativa seus projetos ligados ao desenvolvimento de economias de baixo carbono. Assim, no começo de 2008 países como o Reino Unido, os Estados Unidos e o Japão destinaram milhões de dólares para que um fundo administrado pelo Banco Mundial, o Fundo de Tecnologia Limpa³⁰, ajudasse aos países em desenvolvimento a realizarem suas transições para uma economia mais limpa (NAKHOODA, *Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks*, 2008, p. 2).

Para lidar com os desafios que surgem com a mudança desse paradigma será necessário que os bancos coloquem a questão do desenvolvimento sustentável como meio para reduzir a pobreza como parte integrante de suas prioridades.

3.1. A mudança do papel dos Bancos Multilaterais de Investimento

Nos anos recentes os MDBs têm lançado diversas iniciativas relativas às mudanças climáticas, tais como levar em consideração as emissões de GEE para melhorar a eficiência energética, desenvolver projetos de energias alternativas, manejar florestas de forma sustentável, promover as finanças do carbono e desenvolver políticas de adaptação às mudanças climáticas. Além disso, também foram desenvolvidas pesquisas e análises para aumentar o entendimento da questão climática e o desenvolvimento econômico (NAKHOODA, *Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks*, 2008, p. 5).

Existem alguns exemplos dessa mudança de postura dos Bancos Multilaterais. Entre elas pode-se colocar o fato do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) levar as emissões de GEE em conta em todos os projetos em que se projetam emissões superiores a 20,000 toneladas de CO₂ ou gases equivalentes. Da mesma forma, as instituições ligadas ao Banco Mundial, desde 2007 também medem e realizam manejo das

³⁰ O Fundo de Tecnologia Limpa (Clean Technology Fund) faz parte do Fundo de Investimento pelo Clima (Climate Investment Funds) juntamente com Fundo Estratégico pelo Clima (Strategic Climate Fund) e foram desenvolvidos pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento para melhorar a situação de financiamento e conhecimento entre o presente e o próximo acordo de meio ambiente. Esses fundos são implementados pelos MDBs. ("Climate Investment Funds" [on line]. Disponível em: < <http://www.climateinvestmentfunds.org/cif/>>. Acesso em 20/11/2010.)

emissões de GEE de seus projetos (NAKHOODA, Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks, 2008, p. 5).

No que tange aos projetos no setor energético, os MDBs têm tido um papel importante ao possibilitar a implementação desse tipo de projetos, inclusive por meio de empréstimos oferecidos com o uso do Fundo Global para o Meio Ambiente³¹.

Em relação às florestas, o Banco Mundial tem realizado um importante papel ao apresentar propostas de manejo florestal sustentável como uma oportunidade para mitigar as mudanças climáticas em países em desenvolvimento; já que, de acordo com dados do Banco Mundial, o desflorestamento é responsável por mais de 20% das emissões globais de GEE. Parte desta iniciativa está sob o REDD, iniciativa que vem atraindo bastante atenção (NAKHOODA, Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks, 2008, p. 6).

Os Bancos também têm tido papel de destaque nas políticas relativas ao financiamento de carbono, em especial com o MDL. O Banco Mundial tem sido pioneiro nessa iniciativa por meio de um fundo de carbono. Outros MDBs tem buscado seguir também essa linha. Inúmeras iniciativas piloto também vêm sendo realizadas em torno de políticas de adaptação quer seja por empréstimo ou doações. Essas iniciativas têm funcionado por diversas maneiras como o uso de fundos, a exemplo do Fundo para Prevenção de Desastres. (NAKHOODA, Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks, 2008, p. 6)

3.2.O Papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no Investimento na Promoção de Energias Renováveis

Os investimentos dos MDBs em energias renováveis e projetos de eficiência energética têm aumentado nos últimos cinco anos. Contudo a atenção conferida às políticas que permitirão, a longo prazo, alinhar os investimentos públicos e privados no setor elétrico e

³¹O Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Fund - GEF) foi estabelecido em 1990 com o objetivo de investir em soluções de baixo custo para os desafios ambientais e de energia. A empresa gerencia fundos de *private equity* dedicados a energias limpas, mercados emergentes e manejo sustentável de florestas. ("Global Environment Fund" [on line]. Disponível em: < <http://www.globalenvironmentfund.com/> >. Acesso em: 20/11/2010

de desenvolvimento sustentável de baixo carbono é desigual dentro dos MDBs. No entanto, observa-se que a capacidade de investimento desses bancos no setor de energia tende a mudar (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 23).

Ao tentar ajudar aos países em desenvolvimento a se desenvolver de forma sustentável e com baixa emissão de GEE os MDBs enfrentam enormes desafios. Precisam aliar políticas ambientalmente corretas com as reais necessidades desses países trazendo legitimidade e credibilidade aos projetos junto aos países beneficiários. Sendo assim, uma série empréstimos e políticas de desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas estão sendo desenvolvidas em países como Brasil, México e Indonésia (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 23).

Capacidade técnica e experiência são críticas para o sucesso de projetos de energia sustentável e por isso, os MDBs consideram o empréstimos apenas para a infra-estrutura insuficiente e tem concedido dinheiro também para a capacitação técnica do projeto a ser desenvolvido. Embora ainda não seja possível determinar se esse auxílio financeiro, relativo pequeno, está trazendo as melhorias necessárias é interessante observar se seriam necessários mais recursos para essa atividade ou se os disponibilizados até o momento são o suficiente (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 23).

Em 2008 o Conselho diretor do Banco Mundial estabeleceu em seu diretório que deveria haver um aumento nos investimentos do grupo em eficiência energética e energias alternativas de 30% ao ano baseado nos números de 2007. O Banco enfatiza as questões de governança e estabelece metas fixas de financiamento por região, criando também iniciativas paralelas para acelerar a implementação desses objetivos (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 11).

O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) iniciou em 2005 uma iniciativa para eficiência energética que analisa o conhecimentos e experiências existentes para formular estratégias de investimento em energias limpas. Entre 2008 e 2009 o BAD ultrapassou seus objetivos investindo US\$1,693 bilhões em energias limpas. A partir de 2013 o banco pretende destinar a energias renováveis entre US\$1 e US\$2 bilhões de dólares por ano para acelerar a redução da emissão de gases de efeito estufa da região (NAKHOODA & BALLESTEROS,

Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 12).

Em julho de 2009 o Conselho do BAD aprovou e passou a implementar uma nova política energética que: promove a eficiência energética e o uso de energias renováveis; aumenta o acesso a energia; e promove reformas, capacitação e governança no setor de energia. O BAD também está empenhado em dar suporte aos seus países membros para se tornarem uma economia de baixo carbono, dando auxílio nas atividades de mitigação como o financiamento de projetos de redução das emissões de GEE, análise das opções para se expandir o setor energético e capacitação técnica para identificar e avaliar estratégias de desenvolvimento de projetos com baixo uso de carbono (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 12).

Em 2007 o BAD lançou o Fundo de Energia Limpa para apoiar investimentos em projetos e políticas em energias renováveis, e em 2009 iniciou uma iniciativa que espera dar acesso à energia para 100 milhões de pessoas até 2015 (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 12).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começou sua iniciativa para energias alternativas e mudanças climáticas em 2006 para integrar abordagens de energias alternativas nas operações do banco. Recentemente o BID concedeu empréstimos para a Colômbia e o México para tratar de questões de mudança climática e finalmente, em 2008, iniciou seu Programa de Ação para Energias Renováveis e Eficiência Energética, que se concentra em atender os obstáculos regulamentares à implantação de energia limpa em países do Caribe. (NAKHOODA & BALLESTEROS, Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy, 2010, p. 12).

O Fundo de investimento pelo Clima foi criado em janeiro de 2008 e é administrado pelo Banco Mundial. Responsável pelo Fundo de Tecnologia Limpa e o Fundo Climático estratégico apoiam diversos programas ambientais, como o Fundo de Investimento Florestal e bancos regionais de investimento. Em setembro de 2008, doze países doadores prometeram doar US\$6,1 bilhões para o fundo, sendo a maior parte do dinheiro destinada ao Fundo de Tecnologia Limpa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COP15 aconteceu ao final de 2009 em um clima de esperança, milhares de ativistas estavam presentes e, como diria Sérgio Abranches, a capital do mundo havia sido transferida temporariamente para Copenhague.

Neste trabalho procurei mostrar a importância dessa reunião para o mundo pós-Quioto e principalmente, como a questão do financiamento é essencial para a continuidade das negociações.

As discussões sobre o Meio Ambiente passaram a fazer parte da Agenda Internacional com a Reunião de Estocolmo. No entanto, os países em desenvolvimento viam esse debate como uma forma dos países ricos impedirem o desenvolvimento dos demais. Esse debate criou, já neste momento, um embate entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; o que viria a se tornar o ponto central das questões ambientais nos próximos encontros.

Utilizando do conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado pelo Relatório Brundtland em 1987, a Rio 92 mostrou a importância que o tema ambiental adquiriu nesses anos aprovando quatro dos mais importantes documentos que falam de meio ambiente.

Na COP ocorrida em Berlim as negociações culminaram na adoção do protocolo de Quioto, documento que separa seus signatários entre os pertencentes ao Anexo 1, que possuem obrigações de redução de suas emissões, e os não pertencentes ao Anexo 1 que ficaram obrigados a elaborar inventários de suas emissões sem o compromisso de reduzi-las. Devido a mudanças internas no governo norte-americano o Protocolo foi assinado, porém não foi levado ao Senado para sua ratificação.

A apresentação do relatório Stern em 2006 e do Quarto relatório do IPCC em 2007 mostraram a essencialidade de se discutir novas medidas, mais efetivas, para um momento pós-Quioto. Com isso a reunião de Bali foi uma preparação para as discussões que iriam ocorrer em Copenhague.

A reunião de Copenhague em 2009 soterrou as certezas prévias de sucesso do encontro, e demonstrou que não se assemelhava as reuniões anteriores. A reunião foi marcada por forte interação entre os negociadores, chefes de estado, ativistas e jornalistas devido ao uso intensivo de mídias sociais que documentavam em tempo real os mais diversos acontecimentos.

A questão do financiamento levantou alguns dos mais importantes debates do encontro inclusive dividindo tradicionais aliados em meio as discussões que retratavam o debate entre os países desenvolvidos, as economias emergentes e os países em desenvolvimento. Os debates eram travados especialmente em torno da questão do financiamento para a mitigação e adaptação e quais países seriam responsáveis pela disponibilização dos recursos.

No entanto, pode-se colocar que a reunião não foi exatamente um final, as discussões iniciadas em Copenhague terão continuidade na próxima reunião, que acontecerá em dezembro de 2010 em Cancun. Dessa forma, a COP15 foi um caminho, como diria Abranches, “Em Copenhague o que importou foi a travessia, não o ponto de chegada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. (2010). *Copenhague: antes e depois*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira.

BALLESTEROS, A., NAKHOODA, S., WERKSMAN, J., HURLBURT, K., & KUMAR, S. (s/d). *POWER, RESPONSIBILITY, AND ACCOUNTABILITY: Re-Thinking the Legitimacy of Institutions for Climate Finance*. WRI Working Paper. Washington DC: World Resources Institute.

BODANSKY, D. (2001). The History of the Global Climate Change Regime. In U. LUTERBACHER, & D. SPRINZ, *International Relations and Global Climate Change* (pp. 23-40). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

IPCC. (2007). *Uma Síntese do Quarto Relatório do IPCC*. ONU.

KPMG. (2010 йил 01). Looking back at Copenhagen: Behind the hype, hope and expectations. *Sustainable Insight* .

LAGO, A. A. (2006). *ESTOCOLMO, RIO, JOANESBURGO: O BRASIL E AS TRÊS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS DAS NAÇÕES UNIDAS*. Brasília: Instituto Rio Branco.

MILES, K. (2005). Innovative Financing: Filling in the Gaps on the Road to Sustainable Environmental Funding. *RECIEL* , 14 (3), pp. 201-211.

MOREIRA, H. M., & GIACOMETTI, A. B. (2008). *O Protocolo de Quioto e as Possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de Projetos em Energia Limpa*. (PUC-RJ, Ed.) Retrieved 2010 йил 10-08 from Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Oct. 2010. doi: 10.1590/S0102-85292008000100001

MOREIRA, P. (2010 йил 20-01). *Guest Article: The Copenhagen Disaccord*. Retrieved 2010 йил 29-10 from <http://thereddsite.wordpress.com/2010/01/20/guest-article-the-copenhagen-disaccord/>

NAKHOODA, S. (2008). *Correcting the World's Greatest Market Failure: Climate Change and the Multilateral Development Banks*. World Resources Institute. WRI.

NAKHOODA, S., & BALLESTEROS, A. R. (2010). *Investing in Sustainable Energy Futures: Multilateral Development Banks' Investment in Energy Policy*. WRI.

ONU. (1992). AGENDA 21. *United Nations Conference on Environment & Development*. Rio de Janeiro: United Nations Sustainable Development.

RICUPERO, R. (2008). De Bali a Copenhague: O futuro regime internacional sobre mudanças do clima. *Política Externa* , 16 (4), pp. 51-64.

RICUPERO, R. (1995). *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção do Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

STERN, N. (2006). *STERN REVIEW: The Economics of Climate Change*. Londres: UK Treasury.

STEWART, R. B., KINGSBURY, B., & RUDYK, B. (s/d). *Climate Finance: Regulatory and Funding Strategies for Climate Change and Global Development*. New York University Abu Dhabi Institute .

UNFCCC. (2009). *Report of the Conference of the Parties on its fifteenth session, held in Copenhagen from 7 to 19 December 2009*. Copenhagen: UN.

VIOLA, E. (2002 йил Outubro). O regime de mudanças climáticas e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , 17 (50), pp. 25-46.

WORLD ECONOMIC FORUM: TASK FORCE ON LOW-CARBON PROSPERITY.
(2009). *Recommendation October 2009*. WORLD ECONOMIC FORUM.

World Resources Institute. (2010). *Climate Finance 2010: Issues and Opportunities*. World Resources Institute.